

Jornal do Professor Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 21 - ABRIL DE 2015

EDITORIAL

A vitória do sindicato local

Na última assembleia realizada na Adufg Sindicato os participantes, por ampla maioria, votaram ratificando a transformação da Adufg em sindicato local.

Foi um momento político de grande tensão. Os opositores à criação do sindicato local, em minoria na assembleia, não aceitavam os rumos da discussão democrática do encontro.

O grupo minoritário manobrava para impor a sua vontade à maioria: não queriam a ratificação da transformação da Adufg, em sindicato local.

Mais uma vez, a maioria venceu e votou-se favorável a ratificação do projeto. A importância da criação de um sindicato local forte foi verificada nesses últimos anos, com a expansão do patrimônio da Adufg.

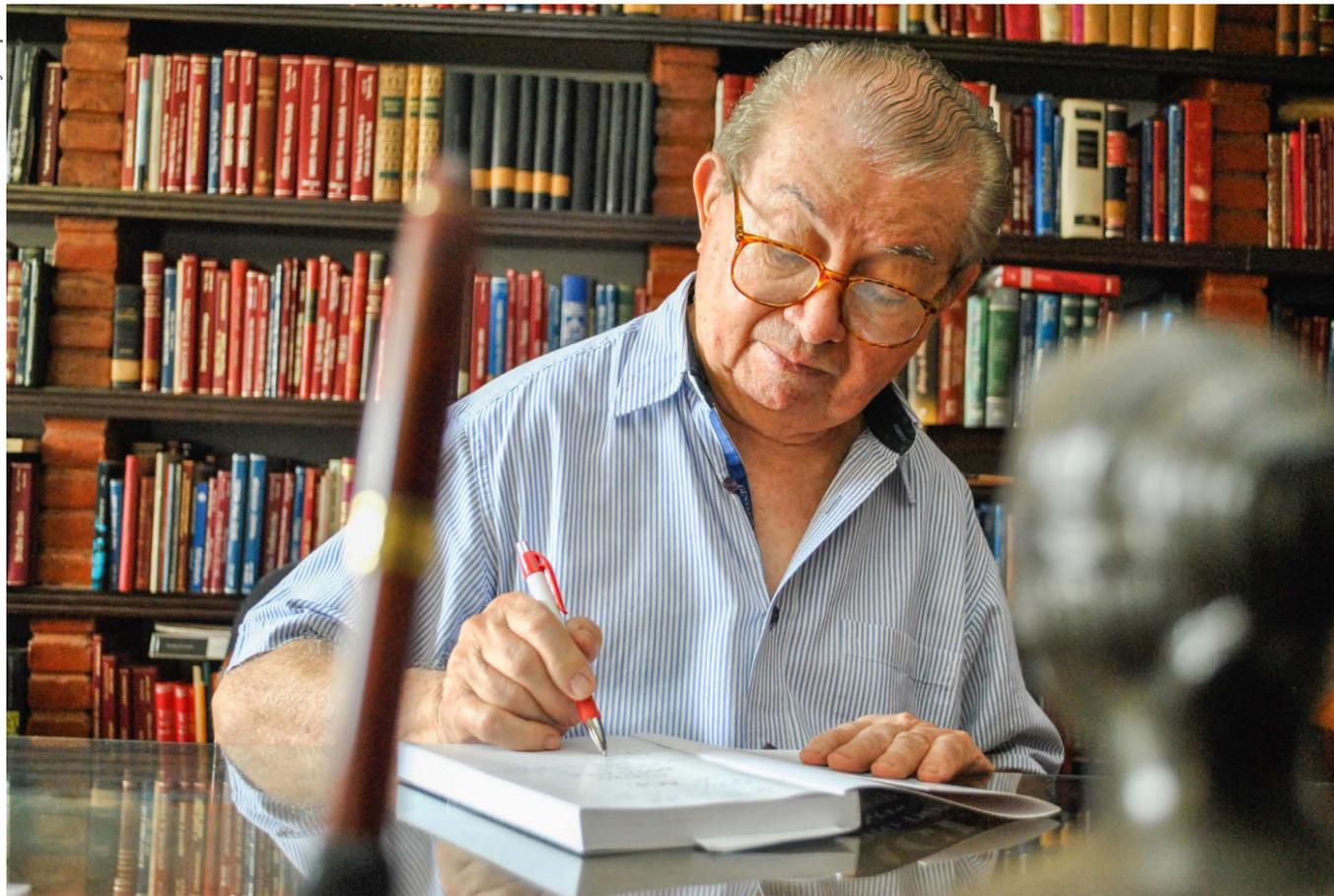
Comprou-se um novo terreno e construiu-se uma nova e ampla sede social. A sede campestre foi completamente remodelada, onde foram feitas várias benfeitorias: construção do salão de festa, ampliação e construção de novos quiosques, piscina com água quente, pomar de frutas e vários outros benefícios e infra-estrutura. Nesses anos de criação do sindicato local, foi criado também um departamento jurídico que funciona em tempo integral a serviço do filiado.

Como tudo isso foi possível? Aplicação responsável dos fundos das contribuições dos filiados, na atividade fim do sindicato: apoio e benefício aos docentes.

Ao tornar-se sindicato local, duas questões foram importantes: deixou-se de pagar as pesadas contribuições ao sindicato nacional e foram suspensas as infundáveis viagens.

Em poucos anos a Adufg Sindicato criou um sólido patrimônio e uma situação financeira sustentável que pode, em algum momento de crise, ser um suporte para a mobilização dos professores. Enfim, houve um resgate dos nossos recursos, patrimônio coletivo dos professores da UFG, filiados à Adufg Sindicato!

Fotos: Macloys Aquino



LICÍNIO BARBOSA – História da Faculdade de Direito passa pela trajetória do professor emérito, advogado e escritor. Ele foi o criador dos mestrados em Direito Agrário e Ciências Penais. **Página 16**

UFG freia crescimento

Ajuste fiscal desacelera ritmo de expansão do Reuni

Reitoria prevê retorno do crescimento a partir de 2016

Otimismo com Janine no MEC **Respingos, página 2, e página 12**



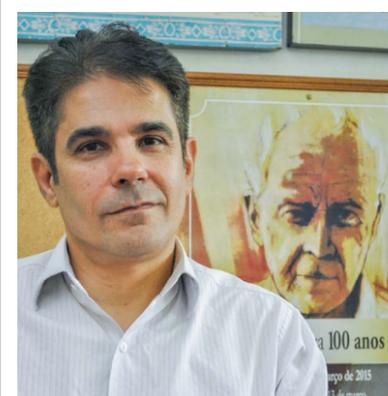
ADUFG

Sindicato firmado sob tensão

Com maioria quase absoluta de votos presenciais e por procuração, assembleia consolidou Adufg como sindicato local, com base estadual, ratificando decisão ocorrida em 2011, quando entidade se desligou do Andes-SN. Docentes contrários rasgaram cartões em sessão marcada por tensões políticas. **Páginas 8 e 9**

Reforma política

Diretora da Universidad de Chile defende a extensão como caminho da transformação social. Juiz fala do papel do professor na reforma política. **Páginas 10 e 11**



O RETORNO DE JOSÉ J. VEIGA

Rogério Santana (foto), da Faculdade de Letras, coordena acervo do escritor goiano e organiza lançamentos. **Página 15**

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br



**Maria Socorro
de Sousa Afonso
da Silva***

A redução da idade penal e o mito da impunidade

Dispõe o artigo 228 da Constituição Federal que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, o que se constitui em direito e garantia individual a toda criança e adolescente (IV, o § 4º, art. 60 CF).

No dia 31 de março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados Federais aprovou a admissibilidade da proposta de emenda que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, sendo que há mais de duas décadas se discute a redução da idade penal no Brasil. Atualmente encontram-se registradas na Câmara oito propostas de emenda a Constituição Federal com ao tema menoridade penal, as PECs: nº 20 (1999), nº 90 (2003), nº 74 (2011), nº 83 (2011), nº 33 (2012); nº 21 (2013); nº 171 (1993) e a nº 332 (2013), sendo a mais discutida delas e com fortes indícios de uma possível aprovação, a Proposta de Emenda Constitucional número 171/1993.

A PEC nº 171 foi apresentada em 1993 por Benedito Domingos (PP-DF) com a proposta original de alteração da redação do Art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).

Nos dias atuais, uma ampla frente de partidos se junta para buscar aprovar a mudança, sob o argumento de que a redução da maioria vai ajudar no combate à criminalidade no país.

No entanto, a aprovação da diminuição não parece ser tão fácil, já que a Câmara de Deputados se mostra dividida, com fortes resistências por parte de parlamentares do PT, PC do B e PSOL, contrários à mudança. Alegam que a alteração é inconstitucional porque a maioria de 18 anos é cláusula pétrea da Constituição e não pode ser modificada. “A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), se cometer o erro grave de aprovar essa PEC e ela tramitar, eu não tenho dúvida de que o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá sustar o andamento dessa proposta de emenda constitucional”, afirmou o deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Em face da recente aprovação pela CCJ da Câmara, o deputado federal Luiz Gionilson Pinheiro Borges (PMDB-AP), conhecido como Cabuçu Borges, impetrou no STF um mandado de segurança contra a tramitação da PEC 171, não obtendo no entanto em sede de liminar a sua suspensão. Ocorre, que já agora, o caminho até a decisão final será longo, pois a proposta tem que passar por uma comissão especial que pode fazer até 40 sessões de discussão. Se aprovada, segue para o plenário da Câmara para duas votações e depois ainda vai para o Senado. Uma comissão especial terá prazo de 40 sessões do plenário para dar seu parecer. Depois, a PEC será votada pelo plenário da Câmara em dois turnos. Para ser aprovada, a proposta precisa ter pelo menos 308 votos (três quintos dos deputados) em cada uma das votações.

A proposta de redução de maioria pe-

nal é um tema que merece uma madura reflexão, o que não tem sido feita pelos meios políticos e pela sociedade com as devidas pontuações. Quem é favorável considera que a mudança irá reduzir a criminalidade. A mídia tem noticiado de forma reiterada que os menores de dezoito anos são utilizados pelo crime organizado, cientes que não irão ter uma medida penal igual dos adultos, dos maiores de 18 anos. “Sustenta-se que a Constituição é feita para muitas gerações e não é possível que estas se obriguem no futuro àquilo que fizeram as gerações anteriores”, disse o ministro aposentado do STF Carlos Velloso.

Para os que se posicionam contrários à redução da maioria penal, o argumento é de que fica evidente o risco de os crimes passarem a ser praticados cada vez mais cedo pelos menores de dezoito anos, corrente a qual me filio, por entender que a idade penal estabelecida na Constituição Federal é garantia intocável, constituindo-se em cláusula pétrea e, na realidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apesar de estar em vigor há mais de 20 anos, ainda não está sendo integralmente cumprido.

A maioria dos jovens da classe econômica menos favore-

cida não conta efetivamente com seus direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal (Art. 227) e no ECA (Artigos 1º e 4º), uma vez que lhes falta escola, saúde, respeito à sua dignidade, lazer, profissionalização e convivência familiar. Nesta condição, acabam por ser adotados pelo tráfico e pelo crime que lhes proporcionam poder e prazer. Caso seja reduzida para 16 anos a idade penal, porque uma parte de adolescente nesta faixa de idade está cometendo crimes, não teremos diminuída a criminalidade, mesmo porque, apenas “esses mesmos crimes serão cometidos muito mais cedo”, afirmou Claudius Ceccon, diretor Executivo da Rede Primeira Infância.

Importante anotar que países como Espanha, França, Alemanha e Japão reduziram a maioria penal e voltaram a aumentar. No Brasil, segundo o Censo de 2010, temos uma população de adolescentes de 34.111.038 (com idades de 12 a 21 anos) e 20.532 estão restritos e privados de liberdade. Ou seja, uma proporção de 6 para cada 10 mil adolescentes, segundo Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de 2012. Segundo registros, crianças e adolescentes são mortos de forma violenta como o demonstrado no Mapa da Violência 2014 sobre a análise de dados de 2012, onde há cidades como Lauro de Freitas e Simões Filho, municípios com 20 mil crianças e adolescentes, ambas localizada no Estado da Bahia, onde as taxas de homicídios são de 252,5 e 308,8 (para

100 mil habitantes), respectivamente. “Há mais crianças e adolescentes sendo mortos de forma violenta do que em situação de conflito com a lei”, destaca trecho de carta do Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (Conanda) encaminhada dia 16 de março, aos parlamentares membros da CCJ.

Como profissional integrante da Rede de Proteção da Criança e Adolescente, sou contra a redução da idade penal. Se tal fato acontecer, se estará de vez condenando o adolescente infrator atingido pela maioria penal a partir de 16 anos de idade, a ser definitivamente marginalizado e se marginalizar. As oportunidades de socialização, ainda que com deficiência, que são prestadas ao adolescente infrator com a aplicação de medidas socioeducativas (Art. 112, ECA), lhes serão de vez negadas, retirando-lhe qualquer oportunidade de melhoramento físico, familiar e psicossocial.

Na verdade, não há impunidade penal ao menor de dezoito anos que comete um crime, mas sim a aplicação de medidas adequadas à sua condição de pessoa em desenvolvimento que comete o ato infracional, que deve ser aplicada pelo juiz de acordo com a circunstâncias, a gravidade e as suas condições, podendo variar desde a advertência, a reparação de dano, a liberdade assistida, a prestação de serviço à comunidade, até a medida mais rigorosa que é a internação em até três anos.

O sistema carcerário do Brasil não está preparado para receber o menor e em nada irá contribuir para sua reeducação. No Brasil não há

pena de morte e de prisão perpétua. Logo, o adolescente quando adulto e em liberdade poderá colocar em prática o que aprender durante o seu encarceramento. É necessário sim, o comprometimento com a causa da infância e notadamente da adolescência: políticas públicas efetivas voltadas à saúde para afastá-lo da droga, programas que possam afastá-lo do ócio e da falta de lazer; ações programadas que os coloquem na escola comprometida com o aprendizado, com a profissionalização, que lhe dê oportunidade de trabalho e o aproveitamento de seu talento, e especialmente atividades que lhes proporcionem ocupação sadia. Desejar que seja

reduzida a idade penal apenas por ouvir dizer que os adolescentes estão cada vez mais violentos e com isso diminuirá a violência no país é mera falácia, e se contrapõe à realidade criada com o mito da impunidade penal.

Aristóteles, no Século III (A.C.) já dizia: “Nossos adolescentes atuais parecem amar o luxo. Têm maus modos e desprezam a autoridade. São pouco respeitosos com os adultos e passam o tempo vagando nas praças, mexericando entre eles... São inclinados a contradizer seus pais, monopolizam a conversa quando estão em companhia de outras pessoas mais velhas; comem com voracidade e tiranizam os seus mestres”.

*Juíza de Direito da Infância e Juventude de Goiânia e professora da Faculdade de Direito da UFG

“ ESPANHA,
FRANÇA,
ALEMANHA
E JAPÃO
REDUZIRAM A
MAIORIDADE
PENAL E
VOLTARAM
ATRÁS ”

“ SISTEMA
CARCERÁRIO
DO BRASIL
NÃO ESTÁ
PREPARADO
PARA RECEBER O
MENOR E NADA
CONTRIBUIRÁ
PARA SUA
REEDUCAÇÃO ”



Albenones José de Mesquita*

Maria Zaira Turchi**

A Fapeg e o fomento a bolsas no Estado de Goiás

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) possui autonomia administrativa e financeira garantida pela Lei nº 15.472 de dezembro de 2005. Integra o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia de Goiás e, atualmente, é jurisdicionada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação. Em sua estrutura administrativa dispõe de um Conselho Superior, composto pela presidente e outros quinze membros que representam os diferentes setores da sociedade organizada. No cumprimento de suas atividades finalísticas, conta com recursos assegurados pela Constituição Estadual da ordem de 0,5% da receita líquida do Estado.

A Fapeg vem atuando de forma marcante no fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de relevância intelectual, social e econômica para o desenvolvimento de Goiás. Por meio de chamadas públicas, tem concedido bolsas e auxílios a projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento a pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior de pesquisa, sediadas no Estado.

Para executar de forma plena e, fundamentalmente, ampliar suas ações finalísticas, tem estabelecido parcerias com órgãos federais, como CNPq, Finep e Capes, somando recursos que permitiram à fundação robustecer sua capacidade de fomento. Esses recursos estão distribuídos em dois grandes programas: o Programa de Bolsas de Pesquisa, de Formação e Tecnológicas, e o Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O programa de bolsas destina-se a docentes e discentes da educação básica, da graduação e da pós-graduação de IES públicas e privadas sem fins lucrativos. O benefício desse fomento à sociedade pode ser constatado pelo crescimento experimentado por Goiás, nos últimos anos, na formação de recursos humanos altamente qualificados para a ciência, na fixação de pesquisadores, na consolidação de grupos de pesquisa, na difusão das ciências e na integração entre as universidades e o setor empresarial. As modalidades, finalidades, duração e valores das bolsas concedidas pela fundação em cada chamada pública estão em consonância com o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e definidas nas Resoluções Normativas da Fapeg nº 01 e nº 02, de abril de 2014, que podem ser acessadas no site www.fapeg.go.gov.br.

Merece destaque, no âmbito do programa de bolsas da Fapeg, a parceria inédita que se encontra em tratativa com o CNPq, visando o pagamento de bolsistas de Produtividade em Pesquisas (PQ) a pesquisadores goianos que submeteram propostas àquele conselho e tiveram no julgamento de mérito o parecer de recomendadas, mas não foram implementadas por limitação de recursos financeiros. Esta ação permitirá o aumento do número de bolsistas PQ em Goiás. Esse indicador tem sido muito utilizado como critério de seleção de propostas apresentadas às agências de fomento nacionais.

De 2011 a 2014, foram lançadas 18 (dezoito) chamadas públicas para concessão de bolsas, nas modalidades: Iniciação Científica Júnior, Iniciação Científica, Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, Mestrado e Doutorado, Doutorado para Docentes, Pós-Doutorado no País e Pós-Doutorado nas Empresas. Na Figura 1 pode ser observada a evolução do número de bolsas de mestrado e doutorado, acumuladamente, no período compreendido entre 2011 e 2014.

As bolsas de mestrado contemplaram o maior número de bolsistas, 1.581 do total de 2.238, que equivale a 70% do total de bolsas contratadas no quadriênio. Deve-se destacar também o crescimento do fomento de bolsas em nível de doutorando, sendo 657 de 2.238 bolsistas beneficiados que representa 30% do total de bolsas concedidas.

Em quatro anos houve o incremento de 264% no número de beneficiários do Programa de Bolsas de Pesquisa, de Formação e Tecnológicas, em relação ao exercício de 2010. Ressalta-se que em todas as chamadas públicas, aproximadamente 30% dos recursos financeiros são destinados à demanda qualificada proveniente de IES ou ICTIs sediadas no interior do Estado. Destes modos, as bolsas concedidas pela Fapeg têm contribuído tanto para fortalecer e consolidar os programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos, especialmente aqueles recém-criados, como para apoiar a continuidade da progressão qualitativa/quantitativa da produção acadêmica dos programas e, conseqüentemente, elevar os conceitos junto a Capes.

A Figura 2 mostra o crescimento anual do pagamento de bolsas, totalizando R\$ 25.186.492 no quadriênio 2011-2014. A evolução percentual de recursos financeiros foi, respectivamente, de 14,4%, 19,2%, 29,2% e 38,1% no período. Esses números podem ser considerados relevantes e animadores por se tratar de uma fundação jovem (nove anos), em processo de consolidação e que tem cumprido seu papel de fomentar a formação de recursos humanos qualificados para o estado de Goiás.

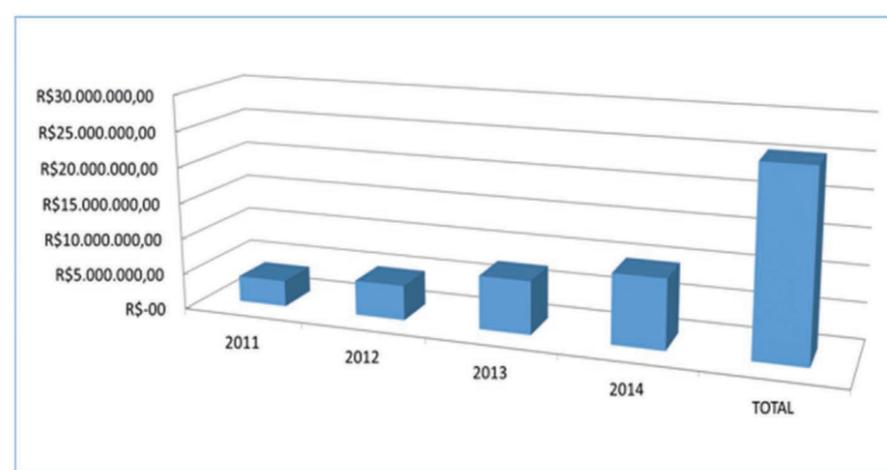


Figura 2. Bolsas efetivamente pagas no período 2011-2014 – Recursos Fapeg no valor de R\$ 25.186.492

No âmbito internacional, a Fapeg tem realizado esforço para promover o intercâmbio científico e acadêmico entre IES e ICTIs nacionais e universidades e institutos de pesquisa estrangeiros, por meio da concessão de auxílios para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa em colaboração com pesquisadores de outros países que se encontram na ponta do conhecimento, bem como para o fomento visando à mobilidade desses pesquisadores. Esta ação impacta positivamente o processo de internacionalização institucional. Nessa direção, foram firmados acordos de cooperação científica com o Reino Unido, por meio do Fundo Newton (Research Council UK – RCUK e The UK Academy), visando fomentar pesquisas com temas de combate à pobreza ou questões relacionadas ao desenvolvimento, especificamente nas áreas de saúde, transformações urbanas, alimentos, água, energia e meio ambiente e suas relações, biodiversidade e ecossistemas, desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Igualmente relevante é a parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa em Informática e Automação (Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique – INRIA), da França, para apoiar a realização de projetos bilaterais incluindo ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), nas áreas de ciências, tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Finalmente, cabe destacar que o programa de bolsas da Fapeg possui um importante diferencial que possibilita aos servidores/funcionários de instituições/empresas públicas ou privadas conciliar suas atividades acadêmicas com a atuação profissional. Dessa forma, tem contribuído para diminuir o índice de evasão nos programas, além de permitir a aproximação do pós-graduando com o mercado de trabalho.

*Professor da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) e diretor científico da Fapeg

** Professora da Faculdade de Letras e presidente da Fapeg

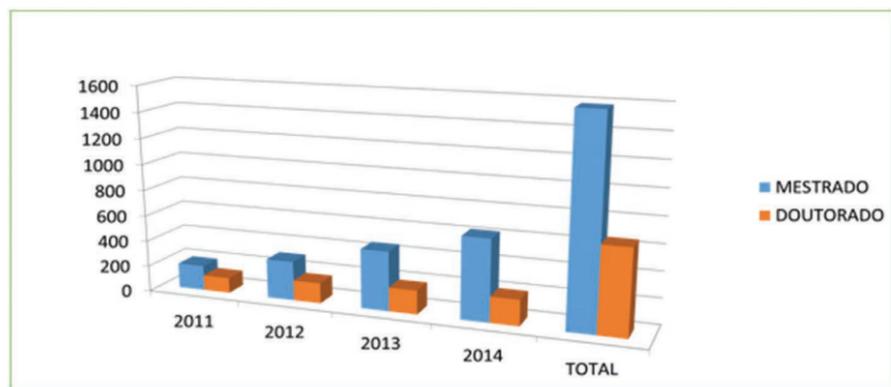


Figura 1. Bolsas de mestrado e doutorado acumuladas no período de 2011 a 2014

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

JANINE E A EXPECTATIVA DE ARROCHO

A nomeação do professor da USP Renato Janine para o MEC – nome mais acadêmico que político – animou a Andifes, a associação nacional dos reitores federais, mas não alterou o temor do arrocho nas Ifes. Reitores planejam retomar crescimento só a partir de 2016. “A perspectiva é de um ano difícil (2015)”, disse ao **JP** o reitor Orlando Amaral. “Mesmo num cenário de restrições, com o professor Renato à frente do MEC, teremos foco na educação de maneira geral no País. A Andifes está muito otimista”, informou o reitor.

TERÁ PULSO?

Janine, mestre pela Université Paris Pantheon-Sorbonne, doutor pela USP e pós-doutor pela British Library, foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq e diretor de Avaliação da Capes. Resta saber se terá pulso administrativo para comandar o MEC.

NÃO FOI DESSA VEZ

Junto à nomeação de Janine veio a do ex-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Jesualdo Farias, para a Secretaria de Educação Superior do MEC. O que frustrou uma grande articulação para elevar o ex-reitor da UFG, Edward Madureira, ao posto.

LOBBY

Parlamentares goianos da base aliada ao governo federal, membros do Conselho Nacional de Educação e outros figurões de Brasília tentaram emplacar Edward, que conta inclusive com a simpatia do ministro Aloizio Mercadante.

COTA

Mas o lobby do Ceará, Estado do ex-ministro Cid Gomes, que deixou o cargo por desentendimentos políticos com parlamentares do PMDB, foi mais forte que o lobby goiano em favor do ex-reitor da UFG.

MEMÓRIA

Greve

“Todos desejamos um Brasil mais rico, principalmente de realizações para o bem do povo e não somente um país de baderna, de tanta falta de solidariedade. Que tal se todos fizéssemos uma greve contra o ódio e contra o abuso de poder?”

Ana Maria R. da C. Marques (Taubaté, SP)

A epidemia de ódio no Brasil não é uma exclusividade do tempo presente, como sugere a carta desta leitora, publicada na Folha de S. Paulo em maio de 1989. Clipping dos arquivos da Adufg Sindicato

Educação = revolução

Cuba é o país do mundo que investe a maior fatia do PIB na educação: 13%. O dado é do Banco Mundial. Nossa “pátria educadora”, com seus 5,7%, quer chegar a 10% do PIB até 2024, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE). Será?

Saber unido

A Finlândia começou adotar e pretende estender a todas suas escolas o ensino por tópicos multidisciplinares, que dissolve divisões entre algumas disciplinas, como são conhecidas tradicionalmente.

Fenômeno

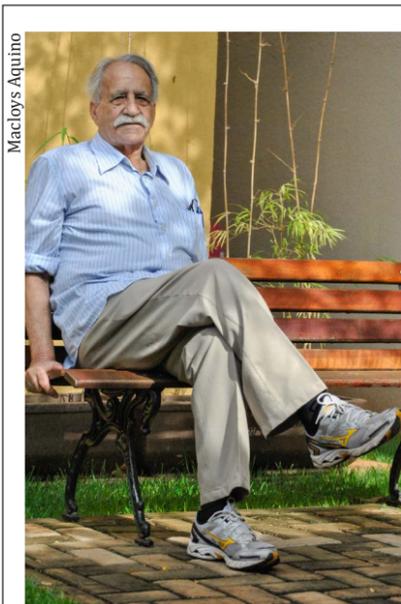
Em vez da aula de História, por exemplo, estudantes têm aula de “Primeira Guerra Mundial”, com conteúdo planejado por professores de História, Geografia, Línguas Estrangeiras e até Física. “Matérias” passam a ser chamadas “Fenômenos”.

Em Goiás

A UFG emitiu nota crítica ao governo do Estado de Goiás e sua política de desvalorização dos professores, que não realiza concurso na área e contrata temporários com salários aviltantes, abaixo do piso nacional. Isso se reflete na baixa procura por cursos de licenciatura na universidade.

Banca denunciada

A Faculdade de Direito mudou membros de uma banca avaliadora de professores após denúncia de que dois deles avaliaram ex-membros, agora candidatos, que aprovaram os primeiros no passado. A denúncia chegou à reitoria no dia 6 de março e foi publicada pelo jornal *O Popular* no dia 23 daquele mês, sobre o título “‘Dobradinha’ em banca da UFG”.



Hélio, aos 88 anos, ativo e atento às questões docentes

Hélio se despede desta coluna

O professor Hélio Furtao do Amaral deixa de assinar a coluna *Respingos* a partir desta edição. Ele se prepara para “chegar incólume os 90 anos de idade, completamente consciente de sua individualidade”, como disse.

Hélio continua a contribuir com pautas, cartas e artigos para o **JP**, além de notas para esta coluna, que agora é produzida pelo nosso conselho editorial: professor Juarez Ferraz de Maia e os jornalistas Frederico Oliveira, Alessandra Faria e Macloys Aquino, claro, com a contribuição de outros docentes.

O **Jornal do Professor** só tem a agradecer o companheirismo, dedicação e as inúmeras contribuições do professor Hélio, primeiro presidente da Adufg, sempre atento às questões do sindicato, da vida docente, principalmente dos aposentados.

EBSERH

A Justiça Federal anulou a reunião do conselho universitário da FURG (Universidade Federal do Rio Grande) que aprovou, em agosto de 2014, a adesão à Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

Causa e efeito

A decisão, de fevereiro, é efeito de uma ação movida pela associação dos servidores técnico-administrativos da FURG. Cabe recurso, mas basta à administração da universidade convocar novo Consuni com a Ebserh na pauta para reverter a decisão.

Consumado

“Isso (decisão judicial) tem efeito político, mas só adia a adesão à Ebserh, que é fato consumado”, disse ao **JP** Fátima dos Reis, coordenadora-geral do Sint-Ifesgo, que também move uma ação contra a adesão da UFG à Ebserh.

Adufg
SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 21
ABRIL DE 2015
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

REPERCUSSÃO

‘Fundação é o caminho para o dinheiro privado’

Diretor da Funape comenta reportagem de jornal paulista, que apontou irregularidades praticadas em todo o país

Em parceria com os jornais *O Globo*, *Zero Hora*, *Diário Catarinense* e *Gazeta do Povo*, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma grande reportagem especial no dia 12 de abril sobre possíveis casos de ilegalidades cometidas por fundações privadas – que o jornal chama de “caixas pretas” – em universidades públicas.

Intitulada “O caminho do dinheiro privado nas universidades públicas”, a matéria fala de falta de transparência em convênios milionários com fundações, professores DE que elevam seus salários a patamares estratosféricos em contratos intermediados por fundações, e várias outras irregularidades.

Cita casos na USP, Unesp, Unicamp, UFRGS, Unirio, UFPR e UFSC. Ouvidos pelos jornais, pesquisadores apontaram o engessamento do modelo de administração das universidades como um dos principais motivos da necessidade das fundações e seus mecanismos, que tornam mais ágeis e eficientes o andamento de pesquisas.

O diretor executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa na UFG (Funape), professor Reinaldo Nogueira, procurado pelo **Jornal do Professor**, argumentou que as fundações são uma forma de resolver muitos problemas característicos da administração pública.

“Falo como pesquisador, não como diretor. A própria Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, do governo federal), quando solta editais de infraestrutura pra UFG, manda o dinheiro para a universidade via fundação. A opção é essa porque é mais prático, mais rápido. Se for entrar dinheiro privado, a fundação é o melhor caminho”, afirma.

“Mas existem fundações sendo usadas de forma errada, com contratos de pessoal para atender a administração, por exemplo”, ressalta. “O que podemos fazer é contratar pessoas para trabalhar em projetos coordenados por professores”, acrescenta.

Reinaldo diz que a participação de professores na Funape é regulamentada e fiscalizada, e que não há casos de abusos de bolsas milionárias, como relatados nas reportagens do *Estadão*. “Não temos preocupação, isso não existe aqui”, afirma.

Houve, na reportagem o argumento, de professores, de que as fundações são caminhos para privatizar as universidades. Para Reinaldo, este é um pensamento arcaico. “O que fazemos é apoiar atividades de pesquisa e de extensão. Não se substitui função ou quadro da universidade. Até porque só pagamos bolsas para servidores da universidade. É um apoio, não substituição, não privatiza nada”, diz.

“O QUE FAZEMOS É APOIAR ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO. NÃO SE SUBSTITUI FUNÇÃO DA UFG”



Macloys Aquino

DANÇA DA CADEIRA - Uma cadeira reavivou uma antiga rixa entre estudantes de Direito da UFG e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). O móvel, antigo patrimônio da UFG, esteve, não se sabe bem por que, por mais de dez anos na sede do CA de Direito da PUC. No final de março passado foi “retornado” por um ex-aluno e levado de volta para a Faculdade de Direito da UFG, onde foi recebido com festa por alunos, ex-alunos, professores e servidores. Estudantes da PUC não gostaram e houve intensa discussão nas redes sociais e em jornais de Goiânia. Na foto, o diretor da FD, professor Pedro Sérgio dos Santos. “A cadeira nunca deveria ter saído daqui”, disse. O reitor da PUC, Wolmir Amado, já providenciou outra cadeira para os estudantes.



CARTA DO LEITOR

Críticas, sugestões de pauta e comentários para jornaldoprofessor@adufg.org.br

Prezado professor Hélio Furtado de Amaral,

Que bom que tenha recordado a epopéia que foi a criação dos campi (então chamados “avançados”) da UFG em cidades do interior de Goiás.

Resultantes do “Programa de Interiorização da UFG” que elaborei, ainda quando pró-reitora (1978 a 1981), significaram salutar sementes lançadas no interior do nosso Estado, sementes que frutificaram dando excelentes

frutos. Mas, à época, foram muito combatidos por quase todos os docentes da nossa universidade. Poucos, muito poucos, foram os que apoiaram aquele programa. Teria sido o prezado amigo um desses poucos apoiadores?

Na fotografia estampada no nº 20, de março do corrente ano, o **Jornal do Professor**, relembra o caso de Itumbiara, que teria sido “negado” por mim.

A bem da verdade, o citado “Programa de Interiorização” contemplava ainda outras cidades, tais como Goianésia e Aragua-

ína, que também não foram atendidas, não por terem sido “negadas”, mas por carência de recursos financeiros, seja da UFG, seja das prefeituras, já que cada projeto era fruto de convênios celebrados entre a universidade e a prefeitura local que dividiam as responsabilidades.

O “Programa de Interiorização da UFG” não contava com recursos do MEC, como hoje acontece.

Assim, com muita dificuldade, contra tudo e quase todos, nos foi possível criar os quatro primeiros campi em Jataí, Catalão,

Firminópolis, Porto Nacional – à época ainda Goiás –, e mais um centro de cultura na Cidade de Goiás, o CUIA (Centro Universitário de Integração de Artes), todos eles com rico patrimônio (áreas, prédios, laboratórios e demais equipamentos), tendo cada um desses cinco projetos contando com total apoio das prefeituras locais.

Há, ainda a considerar que, naquele tempo, os mandatos de reitor não comportavam a “recondução”. Eram só de quatro anos – poucos, para a concretização do “programa”

em sua integralidade.

Os campi de Jataí e Catalão tiveram início com a implantação de cursos superiores, e hoje são verdadeiras “mini-universidades”, ambos já com cursos de pós-graduação stricto sensu.

Fica, pois, esclarecido que os projetos que não foram implantados não o foram por “negativas”, mas por falta de condições.

Saudações universitárias, **Maria do Rosário Cassimiro**. Ex-reitora da UFG.

Adufg **prestação de contas**

SINDICATO

Janeiro de 2015

	Valor R\$
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	240.433,72
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.800,36
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	600,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R\$	242.834,08

2- Custos e Despesas Operacionais

2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	25.970,00
2.1.2- Encargos Sociais	23.092,63
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	221,87
2.1.5- Ginástica Laboral	724,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	3.194,06
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	1.172,29
Total R\$	55.803,48

2.2- Serviços Prestados por Terceiros

2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57
2.2.2- Despesas com Correios	2.700,80
2.2.3- Energia Elétrica	1.510,27
2.2.4- Honorários Advocatícios	4.900,00
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	0,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.706,09
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16
2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	2.203,00
2.2.17- Água e Esgoto	359,96
Total R\$	21.152,00

2.3- Despesas Gerais

2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.822,46
2.3.2- Despesas com Coral	835,71
2.3.3- Diária de Viagens	1.073,80
2.3.4- Tarifas Bancárias	110,82
2.3.5- Lanches e Refeições	325,49
2.3.6- Quintart	0,00
2.3.7- Patrocínios e doações	1.088,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	943,60
2.3.9- Festas/Reuniões	244,42
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	617,30
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	2.540,59
2.3.13- Hospedagens Hotéis	858,00
2.3.14- Material de expediente	78,00
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	4.592,04
2.3.17- Manutenção e Conservação	1.118,80
2.3.18- Homenagens e Condecorações	180,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	169,33
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	4.604,02
2.3.22- Cópias e autenticações	73,96
2.3.23- Sabadart Jataí	0,00
Total R\$	21.276,34

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições

2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	5.385,71
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.994,19
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	2.944,28
Total R\$	32.324,18

2.5- Repasses

2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	9.597,68
Total R\$	9.597,68

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 140.153,68

3- Resultado do exercício 01.2015 (1-2) 102.680,40

4- Atividades de Investimentos

4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	7.975,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6- Outras Imobilizações	1.875,00
Total R\$	9.850,00

4.2- Intangível

4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$ 9.850,00

5- Resultado Geral do exercício 01.2015 (3-4) 92.830,40

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Fevereiro de 2015

	Valor R\$
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	240.102,26
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.672,93
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R\$	241.775,19

2- Custos e Despesas Operacionais

2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	35.065,92
2.1.2- Encargos Sociais	23.532,10
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	141,87
2.1.5- Ginástica Laboral	788,01
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	8.413,07
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	638,13
Total R\$	70.007,73

2.2- Serviços Prestados por Terceiros

2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57
2.2.2- Despesas com Correios	599,17
2.2.3- Energia Elétrica	1.524,01
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.883,20
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	0,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.450,37
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	1.625,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	240,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.600,01
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	4.119,00
2.2.17- Água e Esgoto	348,90
Total R\$	27.516,07

2.3- Despesas Gerais

2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.105,70
2.3.2- Despesas com Coral	213,53
2.3.3- Diária de Viagens	1.793,60
2.3.4- Tarifas Bancárias	127,22
2.3.5- Lanches e Refeições	1.160,99
2.3.6- Quintart	0,00
2.3.7- Patrocínios e doações	2.588,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	270,00
2.3.9- Festas/Reuniões	373,07
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	1.252,97
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	629,33
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	7.027,85
2.3.13- Hospedagens Hotéis	229,11
2.3.14- Material de expediente	184,72
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	9.505,20
2.3.17- Manutenção e Conservação	468,08
2.3.18- Homenagens e Condecorações	550,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	560,52
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	18.605,00
2.3.22- Cópias e autenticações	29,80
2.3.23- Sabadart Jataí	0,00
Total R\$	47.674,69

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições

2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	1.862,11
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.567,88
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	2.365,33
Total R\$	25.795,32

2.5- Repasses

2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 170.993,81

3- Resultado do exercício 02.2015 (1-2) 70.781,38

4- Atividades de Investimentos

4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	13.825,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	8.837,60
4.1.6- Outras Imobilizações	2.095,00
Total R\$	24.757,60

4.2- Intangível

4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$ 24.757,60

5- Resultado Geral do exercício 02.2015 (3-4) 46.023,78

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Negociação salarial terá início em maio

Proifes-Federação entrega ao MPOG pauta com reivindicações da categoria; proposta será enviada ao Congresso em agosto

O ministro Nelson Barbosa, do Ministério do Planejamento, recebeu no dia 20 de março a pauta de reivindicações da Federação dos Sindicatos de Professores das Ifes, Proifes-Federação.

Na reunião com 21 entidades representativas do serviço público federal foi definido um calendário para as negociações salariais de 2015. De maio a agosto - 90 dias para a negociação propriamente dita, em mesas setoriais com as entidades, onde serão discutidas as pautas específicas de cada entidade. Em agosto, deve ocorrer o envio das propostas ao Congresso Nacional, junto com a LOA.

O interlocutor do governo será, mais uma vez, o secretário Sérgio Mendonça que, durante a reunião, adiantou que nas negociações deverão ser levadas em conta parâmetros do crescimento vegetativo, da abertura de novos concursos e dos reajustes salariais e reestruturações de carreiras.

No dia 16 de abril, representantes do Proifes-Federação foram recebidos pelo novo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. Na audiência, a entidade

solicitou a participação ativa do MEC nas negociações.

Durante a reunião, os representantes do Proifes traçaram um panorama do histórico da atuação da entidade nos últimos 10 anos. Eduardo Rolim, presidente do Proifes, situou o ministro em relação aos acordos salariais: de 2007, que recuperou a paridade entre ativos e aposentados, de 2008, quando foi criada a carreira de EBTT, de 2011, quando foram incorporadas as gratificações e de 2012, quando foi conquistada a efetiva equiparação entre as duas carreiras e uma importante valorização salarial na medida em que os docentes federais receberam os maiores reajustes entre todos os servidores públicos.

O ministro reconheceu a capacidade do Proifes de propor e de negociar, reafirmando seu compromisso com o diálogo e com a busca de soluções após ampla discussão. Além disso, declarou que todos estão do mesmo lado na medida em que os representantes do MEC e do Proifes são "professores universitários que têm como vocação a busca por uma educação de qualidade". (Com informações do Proifes-Federação)

JATAÍ Jataí é refém de terceirizações

A Regional Jataí sofre com o alto número de contratados, solução administrativa da UFG para suprir o déficit de técnicos. É o que lamenta Luciana Elias, diretora adjunta-financeira da Adufg Sindicato. "Somos reféns do contrato mal feito, da falta de planejamento dos órgãos públicos em se garantir técnicos concursados para áreas extremamente importantes", diz a professora. Luciana reforça que é necessário lutar pela realização de concursos públicos na administração pública, como estabelece a legislação.

No início do ano, terceirizados da Regional Jataí entraram em greve por falta de pagamento. Luciana explica que a situação provocou debate entre a comunidade universitária sobre as condições de trabalho destes funcionários. "Regulamentar o trabalho dos terceirizados é necessário, mas não se deve ampliar a sua atuação", aponta Luciana. De acordo com a professora, insistir na expansão da terceirização é precarizar a administração pública e docência.

PL 4330/04

Aprovado na Câmara, emenda ao Projeto de Lei 4330 permite a terceirização da atividade-fim de empresas, contrariando súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O projeto, que segue para o Senado, recebeu 230 votos a favor, em aliança de deputados do PMDB com a oposição. Ainda não há data de quando o Senado vai discutir o projeto.

Por todo país, entidades manifestam-se contra a aprovação, que fragilizaria as relações de trabalho. Por outro lado, entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) empreendem grandes campanhas de mídia em defesa da aprovação da proposta.

MEC afirma que manterá concursos

O Ministério da Educação afirmou que manterá os concursos públicos para seleção de docentes. Em nota, o órgão aponta que "uma organização social não pode substituir o papel constitucional das universidades". A publicação esclarecia dúvidas que surgiram depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as organizações sociais (OS) são constitucionais. Acreditava-se que o julgamento do STF poderia estimular uma gestão terceirizada da educação superior.



Presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim, situou o ministro da Educação, professor Renato Janine Ribeiro sobre histórico das negociações

Assessoria de Comunicação do Proifes-Federação

Adufg promove I Encontro de Corais

A Adufg Sindicato e o Coral Vozes da Adufg realizam o I Encontro de Corais, nos próximos dias 19 e 20 de maio, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da entidade. A programação do evento prevê oficinas de coreografia e musicalidade, além das apresentações dos corais participantes. O objetivo é difundir a atividade do canto coral. Prestigiem!

Adufg consolida sindic

A Adufg concluiu a última etapa de sua consolidação como sindicato local, com base estadual, numa assembleia tensa e desgastante, que reacendeu a divisão política no movimento docente na UFG.

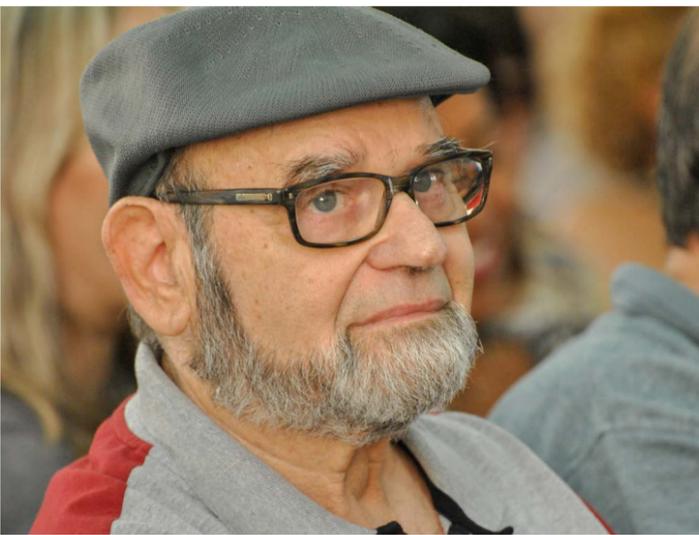
Na tarde do último dia 8 de abril, cumpriu-se determinação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de ratificar decisão de 2011, quando a Adufg deixou de ser uma seção sindical do Andes-SN e se tornou Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg Sindicato). A tensa sessão terminou com a maioria quase absoluta dos votos (99%) favoráveis à ratificação, tanto dos votos por procuração quanto presenciais. Muitos professores simpáticos ao Andes-SN rasgaram seus cartões de votação.

Fotos: Macloys Aquino e Frederico Oliveira



Fernando Kratz e Fernando dos Santos, ex-presidente da Adufg à época do desligamento do Andes-SN

Peter Fischer, diretor da Adufg e professor aposentado da EVZ, Peter Fisher: discursos incisivos



Antonio Melo, da EMC, manifesta seu voto em favor da ratificação da criação do sindicato local



Luciana Elias, diretora da Adufg e professora da Regional Jataí, grita contra pedidos de "pela ordem" de professores contrários à ratificação



Maioria dos professores presentes votou em favor da ratificação da assembleia ocorrida em 2011

Flávio Alves da Silva, presidente da Adufg Sindicato, conduz a tensa assembleia



Daniel Christino, vice-presidente da Adufg, se manteve paciente durante toda assembleia, que durou quase três horas



ato sob clima de tensão

Fotos: Maclays Aquino e Frederico Oliveira

Alexandre dos Santos, professor da Regional Cidade de Goiás e 1º vice-presidente da Regional Planalto do Andes-SN



Além de docentes, também advogados e tabeliães de cartório, representando tanto os interesses da Adufg quanto do Andes-SN, estiveram na assembleia que ratificou a decisão de tornar a entidade um sindicato local. Ambas as partes buscam juntar elementos para eventuais processos na Justiça – para onde pode se estender o embate político-ideológico que marca o movimento docente na UFG. Enquanto professores ligados ao Andes-SN correm para questionar a assembleia de ratificação e as procurações de docentes, a Adufg Sindicato encaminha o processo ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para conquista definitiva da carta sindical.



Marcela Amaral, da FCS, indigna-se com a condução da mesa: ela rasgou seu cartão de voto, espalhou o papel picado e abandonou a assembleia antes do término



Augusto, professor do curso de Direito da Regional Cidade de Goiás, ao lado da professora Nazaré Stevaux, do ICB, que prepara assobio de protesto

Professor Enoch, ex-diretor da Adufg e um dos autores de ação judicial contra a decisão que criou sindicato local, em 2011: ele também rasgou seu cartão e abandonou a assembleia



Professora da Emac, Natássia Garcia fez um dos discursos de indignação mais emocionados da assembleia



Nilton dos Reis Rocha, professor da FIC, exhibe contracheques: ele afirmou ter sido constrangido para comprovar seu vínculo com a UFG, na entrada da assembleia



Ana Lúcia, aposentada da Faculdade de História e ex-diretora da Adufg: uma das vozes mais experientes da atual oposição ao sindicato

Extensão é o caminho da mudança

Em entrevista ao **Jornal do Professor**, Paola Lagos explica sua missão de transformação social como diretora de Extensão da Universidad de Chile

“TEMOS O TRABALHO POLÍTICO DE FAZER ENTENDER QUE A EXTENSÃO TEM UM PAPEL VITAL NA UNIVERSIDADE. JÁ TIVEMOS OS PRIMEIROS RESULTADOS ESTE ANO, MAS É UMA SITUAÇÃO QUE NÃO SE MUDA POR DECRETO”

A extensão é o caminho da universidade para mudar a realidade social e política de um país. Em um contexto marcado pela crise de representação política, a universidade é a instituição melhor preparada para discutir mudanças, em especial por seu corpo de especialistas. Por meio da extensão se fortalece também a cidadania. Quem afirma é Paola Lagos, diretora de Extensão da Universidad de Chile, entrevistada com exclusividade pelo *Jornal do Professor*. Ela esteve em Goiânia na última semana de março, para participar do Festival Perro Loco V.

O Chile também passa por uma crise de representação política, que, segundo Paola, é algo transversal, independente de posicionamentos políticos. O financiamento de campanhas está em discussão no parlamento, assim como diversas reformas, fruto de mobilizações estudantis em 2011. “Há um descrédito e um

inconformismo grande em relação a classe política e seu papel”, comenta a diretora. Mais do que nunca, diz a professora, é preciso que a voz da universidade seja ouvida.

“A comunidade universitária, não só os professores, mas estudantes e funcionários tem papel essencial na configuração da cidadania. Neste sentido, é tão importante a extensão, porque ela que permite vinculação com a cidadania. Na relação recíproca entre universidade e sociedade, se reflete acerca do país”, afirma Paola. As instituições de ensino superior são, deste modo, motores de transformação social.

Alguns dos estudantes que se mobilizaram em 2011 foram eleitos para o Congreso Nacional do Chile e têm apresentado projetos relevantes para o país. Deste modo, a universidade mais uma vez participa da história do Chile. “Não há outra instituição melhor preparada para este intercâmbio cultural que a sociedade precisa que a comunidade universitária”, comenta.

“O Chile está em um momento em que se discutem reformas em temas fundamentais, como educação, a saúde, direitos trabalhistas, e, neste momento, a Universidad de Chile tem de ter uma voz bem posicionada e seu discurso tem de ser escutado. É preciso reforçar o papel público que nos orienta”, afirma Paola. Neste sentido, a intenção é fortalecer a extensão naquela universidade.

Nova cultura

Assim como na UFG, na Universidad de Chile o professor divide-se entre ensino, pesquisa, extensão e cria-

ção. O ensino e pesquisa, no entanto, têm maior relevância nas avaliações institucionais.

“Hoje na Universidad de Chile temos o trabalho político de fazer entender que a extensão tem um papel vital na universidade. Já tivemos os primeiros resultados este ano, mas é um trabalho de médio a longo prazo, uma situação que não se muda por decreto, mas sim uma mudança de cultura organizacional”, comenta Paola.

Segundo ela, atualmente se discutem formas de quantificar as ações de extensão e as considerar na avaliação docente. A Vice-Reitoria de Extensão e Comunicação, onde ela é diretora de Extensão, ainda pretende ampliar as relações com a comunidade externa e estimular o debate acerca da situação política do Chile.

Nas edições 16 e 17, o *Jornal do Professor* apresentou a polêmica que se seguiu à discussão da minuta da nova resolução de progressão funcional da UFG, criticada por valorizar a pesquisa em detrimento do ensino e da extensão. Professores questionaram as regras e o Consuni aprovou texto que corrigiu algumas das distorções. A extensão, no entanto, continua tendo menor relevância na avaliação funcional na UFG.

Dificuldade para superar modelo

Para Paola Lagos, a extensão é uma via de mão dupla. “Existe um compromisso relacionado ao papel da universidade que está ligado ao modo como se estabelece uma relação de reciprocidade com o meio a partir da extensão”, comenta a professora.

Ela afirma que é preciso depositar o conhecimento produzido na universidade dentro da comunidade, mas também abraçar aquele que surge naturalmente na sociedade, processá-lo e projetá-lo.

Em um país como o Chile, em que a educação tem um alto custo e é elitizada, realizar atividades de extensão gratuitas ainda é desafio. A diretora de extensão da Universidad de Chile explica que há interesse, mas ainda não foram encontrados modos para viabilizar atividades gratuitas.

Apesar de sua importância histórica naquele país, a instituição não conta com suficiente financiamento público. Apenas 9% de seu orçamento é bancado pelo Estado. Deste modo, a universidade, embora pública, cobra mensalidades com preço semelhante ao de instituições privadas chilenas.

“Nem sempre foi assim. Depois da ditadura, a realidade chilena é saúde completamente privatizada, aposentadoria por meio de planos privados e educação toda privatizada”, lamenta Paola.



Paola Lagos: experiência do Chile pode ser aplicada na UFG

Combater o financiamento por empresas

Juiz maranhense expõe a docentes projeto popular que reforma as eleições no Brasil

Macloys Aquino



Juiz maranhense Márlon Reis, um dos pensadores da reforma política democrática no Brasil: “A sensação de que não somos representados pelo Congresso é real”

Diante da necessidade de uma virada não meramente legislativa e punitiva, mas também cultural, para uma verdadeira reforma política no Brasil, a universidade tem papel central. O docente é um dos mais importantes operadores dessa transformação.

A opinião, um tanto otimista – já que historicamente a universidade não protagonizou as maiores transformações políticas no Brasil – é do juiz do Maranhão e especialista em Direito Eleitoral, Márlon Reis.

Ele é um dos principais pensadores da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Um movimento nacional que reúne mais de 100 entidades de classe, dentre elas OAB, CNBB, UNE, dezenas de associações e sindicatos. A Adufg Sindicato entre eles.

A coalizão se formou na esteira dos protestos que em junho de 2013 levaram milhões às ruas. Desde então desenha um projeto de lei de iniciativa popular, aos moldes da Lei da Ficha Limpa, para mudar as regras principalmente das eleições.

O projeto da coalizão, que atualmente conta com pouco mais de 500 mil assinaturas, precisa de mais de 1,3 milhão de nomes para entrar na pauta do Congresso.

Ciente de que as soluções dos problemas do Brasil passam por reformas urbanas, agrárias, tributárias e dos meios de comunicação, o projeto combate quatro principais problemas da política brasileira.

São eles: a sub-representação da mulher no poder (o Brasil é o país do Ocidente onde o gênero é menos representado); os deficientes mecanismos da democracia direta; o sistema eleitoral de lista aberta de candidatos e o maior e mais danoso deles: o financiamento de campanhas eleitorais, praticados por empresas.

O JP traz um resumo das propostas de reforma política popular e seus fundamentos. As ideias foram expostas por Márlon na sede da Adufg Sindicato em março passado, para uma plateia de professores, advogados e professores.

Proibir doação empresarial em campanhas eleitorais

Isso é a favor das empresas, porque aquelas que não fazem doações não contratam com governos. Os maiores doadores são os maiores contratados da União, Estados ou municípios. Um só doador financiou mais de 100 deputados federais em 2014. Os dez maiores doadores financiaram 360 deputados federais eleitos em 2014. Nas manifestações de 2013 vimos frases como “eles não nos representam”. A sensação é real, grupos ínfimos de parcelas significativas da sociedade são hiperepresentados, enquanto a maior parte da população não é ouvida pelo parlamento. Os que têm interesse em questões como educação, infância e juventude, meio ambiente e questões de relevância social não têm portas abertas no Congresso Nacional. Os financiadores têm portas escancaradas.

Fundo para dar tratamento igualitário entre candidatos

O projeto defende um modelo de financiamento composto por recursos públicos e doações de pessoas físicas, de no máximo R\$ 700, para que o indivíduo não substitua empresas. Forma-se um fundo democrático, que cada partido deverá utilizar e distribuir igualmente entre os candidatos que lança. Muitos partidos hoje lançam centenas de candidatos e escolhem uns poucos para despejar milhões. A maioria serve de quociente eleitoral. Depósitos serão feitos na conta do partido político e as doações poderão ser feitas pela internet, com transparência também de como será gasto.

Eleições proporcionais em dois turnos: um no partido e outro no candidato

O modelo proporcional é baseado em partidos e não em indivíduos, como no voto distrital, que imperou no Brasil durante 400 anos e gerou distorções como o coronelismo. Teoricamente, quanto mais gente se alinha com aquela ideia, mais cadeiras o partido

terá. Não podemos abrir mão dessa conquista, é a única forma de garantir que os diversos grupos e orientações ideológicas tenham cadeiras no parlamento. Mas as campanhas são individualizadas, candidatos defendem méritos pessoais para ser eleitos. Voto proporcional é voto em bandeira, ideologia. A proposta da coalizão é, no primeiro turno, o eleitor votar no partido, nas ideias, para definir o número de cadeiras. No segundo turno, escolhe quem preencherá as vagas.

Combater a sub-representação feminina no Congresso Nacional

O Brasil ocupa 116ª posição no mundo em representação feminina. Perdemos para países como Iraque, Líbia, Afeganistão. Sofremos menções negativas em fóruns internacionais da ONU por esse motivo. O Brasil é uma exceção no Ocidente. Estudo da UnB diz que a maioria das 9,9% candidatas acaba eleita em virtude da liderança masculina a qual são ligadas, marido, pai. A mulher, 52% da população brasileira, não tem representação política de gênero. As eleições proporcionais em dois turnos permitirão superar esse problema: porque haverá números iguais de homens e mulheres candidatos no segundo turno das eleições proporcionais.

Combater as distorções da democracia direta

Não faz sentido não termos direito de usar a tecnologia para simplesmente dizer que gostaríamos que tal matéria fosse votada pelo Congresso. Plebiscitos e referendos, por que temer a sociedade ser ouvida em questões de alta relevância? O modelo brasileiro é chamado “democracia direta”, mas não há isso. É indireta, porque todas as iniciativas devem passar pelo parlamento. Não tenho dúvida de que o futuro da democracia é a diminuição da representação e o aumento da democracia direta. No momento, não está dada a possibilidade sequer de discutir isso.

Combater as propostas de reforma da PEC Vaccarezza

A atual proposta de reforma do Congresso Nacional (PEC 352/13 ou PEC Vaccarezza) foca na constitucionalização do financiamento por empresas e no aumento dos mandatos para cinco anos, extinção da reeleição e unificação das eleições. A coalizão foca no problema do excesso de poder do dinheiro nas campanhas, na forma como o parlamento é preenchido, na questão da igualdade entre candidatos e na participação.

PARTICIPE

PARA CONHECER MELHOR O PROJETO, ASSINAR A PROPOSTA OU SER UM AGENTE COLETOR DE ASSINATURAS:

www.reformapolitica democratica.org.br

UFG reduz crescimento este ano

Reitoria prevê retorno de expansão a partir de 2016

A Universidade Federal de Goiás entrou 2015 com o pé no freio do crescimento. Após o forte período de expansão do Reuni, o ano iniciou com limitação de despesas. A aprovação tardia do orçamento da União e uma alteração no modo do repasse das verbas contribuíram para o quadro. O cenário se complica com o ajuste fiscal previsto pelo Executivo. É um conjunto de fatores a dificultar o crescimento da universidade.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2015 prevê cerca de R\$ 980 milhões para a UFG e R\$ 127 milhões para o Hospital das Clínicas. São valores abaixo do previsto na LOA de 2014 e do orçamento executado no ano passado. Naquele momento, a UFG gastou cerca de R\$ 1 bilhão e o Hospital das Clínicas, R\$ 190 milhões. Embora sancionado pela presidente Dilma Rousseff, as verbas previstas no PLOA 2015 estão em discussão no Executivo para contingenciar mais despesas.

O reitor Orlando Amaral garante que todas as obras já iniciadas não serão suspensas. Mas não há certeza quanto ao lançamento de novos projetos de expansão este ano. Orlando espera retomar o crescimento apenas a partir de 2016. "A perspectiva é de um ano difícil (2015)", disse ao JP.

Na verdade, o ano começou complicado para todas as universidades brasileiras. Com o atraso na aprovação do orçamento, o governo publicou o Decreto nº 8389, que impediu seus órgãos de empenhar mais do que 1/18 da verba no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015 – quando a lei prevê 1/12 da verba.

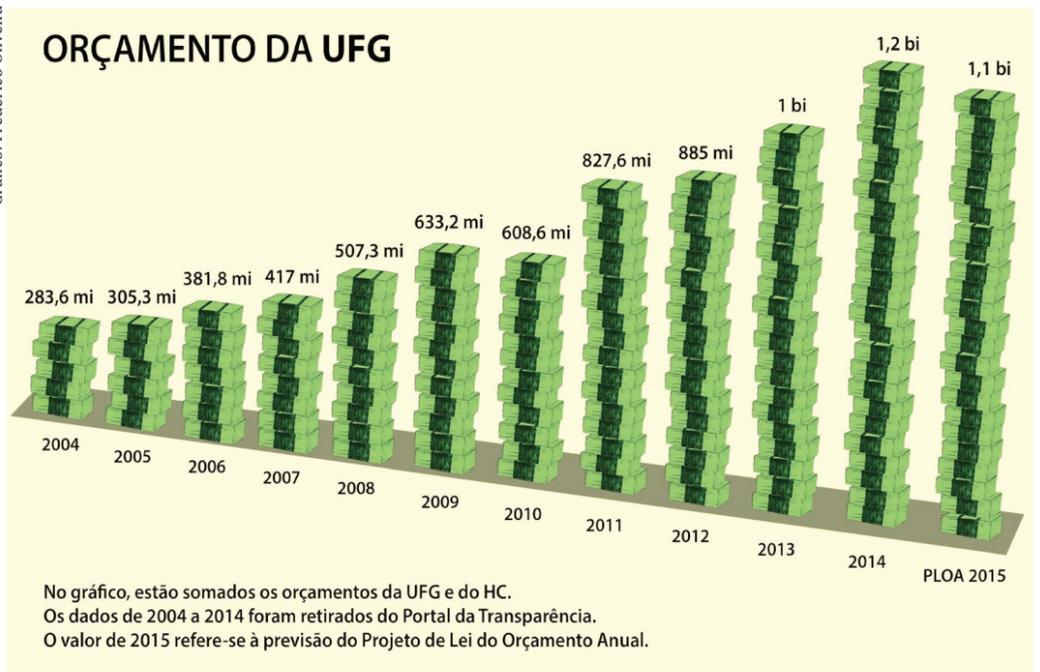
Dificuldades

Na UFG, bolsas de assistência atrasaram e pagamentos foram suspensos. Na Regional Jataí, funcionários terceirizados das bibliotecas entraram em greve, em função do atraso de salário. A empresa contratada alegava que enfrentava dificuldades pela falta de pagamento. Na Regional Goiânia, moradores de casas de estudantes ocuparam o prédio da reitoria em 14 de abril. O grupo pedia mais atenção da administração da universidade em relação à assistência estudantil e à situação das casas estudantis.

A reitoria afirmou aos manifestantes que aguardava a sanção do orçamento pela presidente para apresentar novas propostas de assistência estudantil. Também se comprometeu em atender demandas mais urgentes das casas de estudantes, como a compra de equipamentos. Como o grupo manteve a ocupação, os Conselhos Superiores da UFG aprovaram pedido judicial para reintegração de posse. Após serem notificados da decisão judicial favorável à solicitação da universidade, os estudantes deixaram o prédio.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um corte de R\$ 30 milhões no orçamento previsto obrigou a instituição a remanejar gastos, reduzindo atividades terceirizadas como a limpeza e vigilância. Também foi suspenso o pagamento de água e luz. Situação semelhante ocorre nas federais de Alagoas, Campina Grande, São Paulo e Uberlândia.

Gráfico: Frederico Oliveira



Momento é de mobilização, diz diretor da Faculdade de Filosofia

Arquivo pessoal



Adriano, diretor da Faculdade de Filosofia: escolha de Janine tem caráter simbólico

Para Adriano Correia, diretor da Faculdade de Filosofia (Fafil-UFG), a escolha do professor Renato Janine Ribeiro para o Ministério da Educação (MEC) foi acertada e corajosa. A nomeação tem um caráter simbólico, já que Janine é um professor de ética e filosofia política que intervêm "sistemática e imparcialmente no debate público sobre nossa condição política", diz Correia. Janine, professor de Filosofia da USP, foi nomeado no início de abril.

A escolha diminui o risco de se desvalorizar disciplinas das humanidades, aponta o diretor. Correia salienta que, apesar de ser uma feliz nomeação, é preciso que entidades representativas e a categoria se manifestem. "É um momento que demanda mobilização, no qual desempenham um papel fundamental os movimentos sociais, como os sindicatos docentes, que têm o dever de fomentar o efetivo engajamento dos professores nas disputas políticas no âmbito da educação", diz o diretor.

Ensino privado recebe mais recursos do governo federal

Estudo publicado no Boletim Legislativo 26, do Senado Federal, destaca que entre 2004 e 2014 a União aumentou em 130% suas despesas com a educação. No período, os gastos que mais cresceram foram os aplicados em instituições privadas, como o Fundo de Investimento Estudantil (Fies), e o ProUni. Atualmente, toda a despesa com educação representa 9,3% da receita líquida do Tesouro Nacional. Em 2004, era referente a 4% do total.

O valor total gasto em 2014 foi de R\$ 94,2 bilhões (1,71% do PIB), contra 24,5 bilhões em 2004 (0,73% do PIB daquele ano). Destaque para o crescimento das inversões financeiras e investimentos, categoria de despesa

que compreende a concessão de empréstimos, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O programa já é a maior despesa em educação da União, quando se desconta os gastos com pessoal. Cresceu 1110% na década e no ano passado custou R\$ 13,9 bilhões, certa de 15% do gasto do governo federal com educação.

Enquanto isto, o gasto que com as Ifes cresceu 245%, representa 9% das despesas e consumiu R\$ 8,79 bilhões no ano passado. São 18 novas universidades em todo Brasil, além da expansão das já existentes, o que vai requerer mais gastos no futuro. A União despendeu R\$ 601 milhões em benefícios fiscais com o ProUni.

Difusor da arte contemporânea em Goiás

Carlos Sena fala de formação de público consumidor de arte e da qualidade do Acervo CCUFG

Diretor do Centro Cultural UFG e Curador do Acervo CCUFG, Carlos Sena fala da importância do espaço para a consolidação da arte contemporânea produzida em Goiás, para o intercâmbio com artistas e produtos artísticos nacionais e internacionais, e para a formação de público consumidor de arte.

Na ausência de outros aparelhos públicos, tanto estaduais quanto municipais, o centro caminha para se tornar o museu de arte contemporânea do Estado.

“O Acervo CCUFG é um dos mais importantes do gênero na Região Centro-Oeste, é a mais rica coleção pública de arte contemporânea no estado de Goiás”, diz Carlos Sena, que também é professor de História da Arte Moderna e Contemporânea da FAV.

Confira entrevista.

Jornal do Professor - Qual a importância do CCUFG para a arte contemporânea em Goiás?

Carlos Sena - O CCUFG foi criado no momento de amadurecimento da arte contemporânea em Goiás, que vem se desenvolvendo desde os anos 70 e que agora chega ao século XXI tendo inúmeros artistas trabalhando com a linguagem contemporânea em sintonia com o circuito nacional. É nesse contexto que o CCUFG se insere, desenvolvendo uma política cultural comprometida tanto com a formação de um acervo de obras, quanto com a formação de público para a arte contemporânea, investindo na difusão cultural de exposições, seminários, oficinas, espetáculos e shows; investindo na formação e organização do Acervo CCUFG, por meio de um programa criterioso de aquisição, guarda, conservação e documentação da produção de arte atual. Investindo num programa de ação educativa que tem como público alvo as escolas de Goiânia e do entorno, sejam elas públicas ou particulares, nos seus diversos níveis de aprendizado. Com esse programa cumprimos o nosso objetivo principal de formação de público para a arte contemporânea.

JP - Qual o papel do Centro Cultural UFG na organização, conservação e divulgação do Acervo CCUFG?

Carlos Sena - A produção artística contemporânea ainda é muito recente, por isso é possível desenvolver propostas de colecionamento. O Centro Cultural UFG organiza uma coleção sobre a arte atual sem muita pressa, com foco na excelência artística e no reconhecimento público que confere mérito aos artistas e obras acervadas. O processo envolve longas negociações para



Carlos Sena, professor da FAV, diretor do CCUFG e curador do acervo: formação do público consumidor de arte em Goiânia

que as obras venham integrar a coleção pública sem ônus financeiro para a universidade. Esse processo envolve parcerias com relevantes instituições nacionais como MinC, Funarte, Petrobrás, Sesi/Senai, Bozano/Simonsen, Itaú Cultural, Banco Central, etc. Envolve também, concorrência pública em editais de fomento, e ainda, doações espontâneas de artistas e de colecionadores sob convite da curadoria do acervo. A UFG propicia o desenvolvimento de um espaço idealizado para o armazenamento, conservação e difusão dessa coleção, com instalações físicas para desenvolver tais funções, auxilia na qualificação de pessoas para as mais diversas atividades implicadas na formação de uma coleção, desde o manejo das obras, a catalogação, documentação, conservação, restauro, expografia, recepção de público, etc. Alguns desses processos já se encontram bastante desenvolvidos, outros ainda engatinham, e outros mais ainda são perspectivas futuras, mas todos eles fazem parte de um programa mais amplo de organização do acervo.

JP - Como é a relação do CCUFG com a arte goiana?

Carlos Sena - O acervo vai sendo formado através de diversas coleções organizadas, e podemos afirmar que o foco principal é a arte

goiana, mas se amplia para leituras sobre a arte da região centro-oeste e a arte brasileira, também contempla um pouco da arte internacional. Assim, a relação com os artistas envolvidos nesse processo é de profundo respeito, porque de um lado a instituição está oficializando o reconhecimento público que eles conquistaram com seus feitos e a construção das suas carreiras artísticas. Por outro lado, os artistas ficam legitimados na história com o melhor do seu extrato produtivo, e é esse legado que ele comunicará para as gerações do futuro. A coleção é muito criteriosa na organização dessa memória coletiva. Uma coisa a destacar é que não aceitamos a livre iniciativa de doações que não interessam ao perfil do acervo. É preciso que as obras e artistas tenham lastro para ingressarem na coleção, por isso a iniciativa de promover a introdução da obra no acervo cabe ao CCUFG.

JP - Como o CCUFG trabalha a formação de público?

Carlos Sena - A formação do público cultural norteia todas as ações desenvolvidas no CCUFG. O leque de ações é muito amplo e visa a formação de um público mais preparado para a fruição de arte, mais afinado com as transformações culturais do seu tempo, lhe ofertando conteú-

dos pautados na excelência, para que ele possa desenvolver o seu julgamento crítico e ampliar seu gosto, sua percepção. A grande maioria da programação veiculada pelo Núcleo de Artes Cênicas e Musicais do CCUFG é gratuita, ou, quando muito, é cobrado apenas preço simbólico. As produções do Núcleo de Artes Visuais são sempre gratuitas e abertas para toda a comunidade goianiense. O Programa de Ação Educativa tem importância capital no processo de formação de público, pois envolve o contato e agendamento de escolas das redes pública e privada, faz a preparação de estudantes de artes e museologia para recepção de público, mediação de visitas guiadas e de ações lúdico-pedagógicas para diferentes níveis de aprendizagem, que vão desde turmas maternas até universitárias.

JP - Como está a agenda do acervo para este ano?

Carlos Sena - Neste momento estamos apresentando a mostra Adensamento e Expansão – Arte Contemporânea no Acervo CCUFG. Esta mostra ficará aberta à visitação pública durante todo o primeiro semestre de 2015 e a visitação tem sido excelente. Em julho apresentaremos uma exposição de máscaras indígenas, organizada pelo Museu Nacional do Índio, do Rio de Janeiro; em setembro será aberta a mostra Triangulações com curadoria geral da crítica de arte Marília Panitz e participação de curadores locais, que exibirá artistas de Salvador, Fortaleza e Goiânia. Finalmente, no mês de novembro apresentaremos outra mostra do Acervo CCUFG, e dessa feita exibiremos apenas artistas goianos, desde emergentes até artistas consagrados que já tem suas produções vinculadas a este acervo. Essa mostra fechará a nossa programação anual e retornará posteriormente abrindo a programação de 2016.



Exposição no CCUFG: acervo do centro cultural pode se tornar o museu de arte contemporânea do Estado de Goiás

Dos concertos para o CD

Judson de Castro



Sonatas é o novo CD solo de Eduardo Meirinhos, violonista e professor da Emac. No álbum, algumas sonatas que compõem o programa de concertos de Eduardo. O músico recebeu diversas premiações, incluindo o VI Prêmio Eldorado de Música, o IV Concurso de Música Erudita Brasileira e diversas edições do concurso de composição Troféu Bach.

Eduardo é doutor em performance musical pela Florida State University. Graduado na Alemanha, o professor é mestre em musicologia pela USP. Foi diretor técnico na Orquestra e Coro Sinfônicos; e também Banda de Música e Banda Marcial de Goiânia.

Entre as músicas do CD se encontra a Sonata em Lá Maior, de Diabelli. A peça é arranjo de Julian Bream, que reuniu os dois primeiros movimentos da Sonata em Fá Maior – transpondo o tom para lá maior – com os dois últimos movimentos da Sonata em Lá Maior. Também no álbum, A Appassionata, obra do compositor brasileiro Ronaldo Miranda.

Sonata para violão, de César Guerra-Peixe, com três movimentos. O compositor a descrevia como uma peça com referências nordestinas. Do mexicano Manuel Maria Ponce, a Sonata III, cuja composição foi influenciada pelo violinista espanhol Andrés Segovia.

SONATAS

R\$20

É o preço do CD, que pode ser adquirido com o próprio professor, na Emac

ARTIGO

André Rieu e a música clássica

Othaniel Alcântara Júnior*

O polêmico maestro André Rieu, 65 anos, tem um público cativo no Brasil. Já esteve por aqui algumas vezes com o seu violino Stradivarius 1732. Trata-se de um artista que há muito tempo divide o topo das paradas de sucesso com os grandes nomes do show business.

Em 2012, em uma de suas passagens por aqui, escreveu-se muito sobre seus grandiosos espetáculos de forte apelo visual. À época, calorosos debates se seguiram pelo mundo virtual após a publicação do texto “O Falsificador” escrito pelo compositor e colunista da *Revista Concerto* Leonardo Martinelli. Na opinião desse crítico, André Rieu é mais um produto da chamada “indústria cultural”. Opina ainda que, ao violar o repertório clássico, com arranjos digamos, simples e até grosseiros, a fim de deixá-lo mais atraente, acaba difundindo uma ideia falsificada da música de concerto.

Contudo, a opinião de Martinelli não é unanimidade no mundo erudito. Conceituados músicos como os maestros Leandro Oliveira e Roberto Tibiriçá, citados por João Luiz Sampaio (*Blog/Estadão*), também se manifestaram sobre o tema. O primeiro identifica um tom acadêmico nas críticas ao holandês enquanto o segundo afirma que “se é popularização ou não, não importa. O que importa é que as pessoas se sentem felizes e curtem ouvi-lo”.

Analisando por esse prisma, concordo com os renomados maestros. Na verdade, trata-se de um aspecto importante a se considerar. O artista é livre para explorar os diferentes nichos de mercado e o público, igualmente, livre para escolher suas preferências. E mais, a questão aqui não é dar mais ou menos importância para um determinado gênero musical. Particularmente, lembrando o compositor erudito Gilberto Mendes, gosto de desfrutar a alta cultura, que inclui também a cultura pop de qualidade.

Na verdade, gostaria de explorar o tema pelo seguinte viés: André Rieu é ou não é formador de público para a música clássica, gênero quem vem perdendo espaço no mercado cultural? Seu produtor Manoel Poladian, em entre-

Reprodução



André Rieu, apesar das críticas, produz cultura pop de qualidade

vista realizada em 2012, diz que sim. Pra falar a verdade, eu discordo. Acredito que reduzir o repertório erudito a uma espécie de “pano de fundo” para seus grandiosos e popularescos espetáculos, não seja a solução. Obviamente estou excluindo desse contexto a música incidental, aquela criada exclusivamente para essa finalidade, como trilhas de filmes, música para balés, etc.

Em outra direção, lembra Carol Nogueira (*Blog/Veja*), esta mistura é uma prática adotada, principalmente nas últimas décadas, por algumas orquestras brasileiras, como ferramenta de aproximação do grande público. Eu mesmo, quando era violinista da Orquestra Filarmônica de Goiás, toquei muitas obras com elementos populares colocados no idioma sinfônico. Inclusive dividi o palco com vários artistas como os nordestinos Moraes Moreira e o já falecido Sivuca. Porém, acredito que exista uma sensível diferença nesse caso. Aqui, o resultado desta mistura,

normalmente realizada de maneira bem elaborada, é colocado como o elemento principal do espetáculo (concerto).

Voltando ao nosso personagem principal, não podemos negar o fato de que André Rieu seja um *crossover* de sucesso como o grego Yanni ou a violinista singapurense Vanessa-Mae. Considerando então seus mais de 30 milhões de discos vendidos, podemos apontá-lo como um fenômeno do entretenimento de massa.

Encerrando, deixo o pensamento do escritor, apresentador da BBC e comentarista cultural, o inglês Norman Lebrecht: “artistas como André Rieu, deveriam ser retirados do ranking dos mais vendidos do universo erudito”. E justifica: “artistas como ele não estariam criando um novo público para a música erudita e sim para um novo gênero”.

*Professor da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac-UFG)

O cabedal de José J. Veiga

Rogério Santana trabalha para reativar a obra do escritor goiano no mercado livreiro nacional

Assim como o caráter político da obra de José J. Veiga, também políticos são os propósitos do professor da Faculdade de Letras Rogério Santana. Ele, que coordena a organização do acervo do escritor – sob os cuidados do Sesc Goiás – sabe dos olhares cada vez mais aguçados dos grandes centros urbanos para o interior do Brasil.

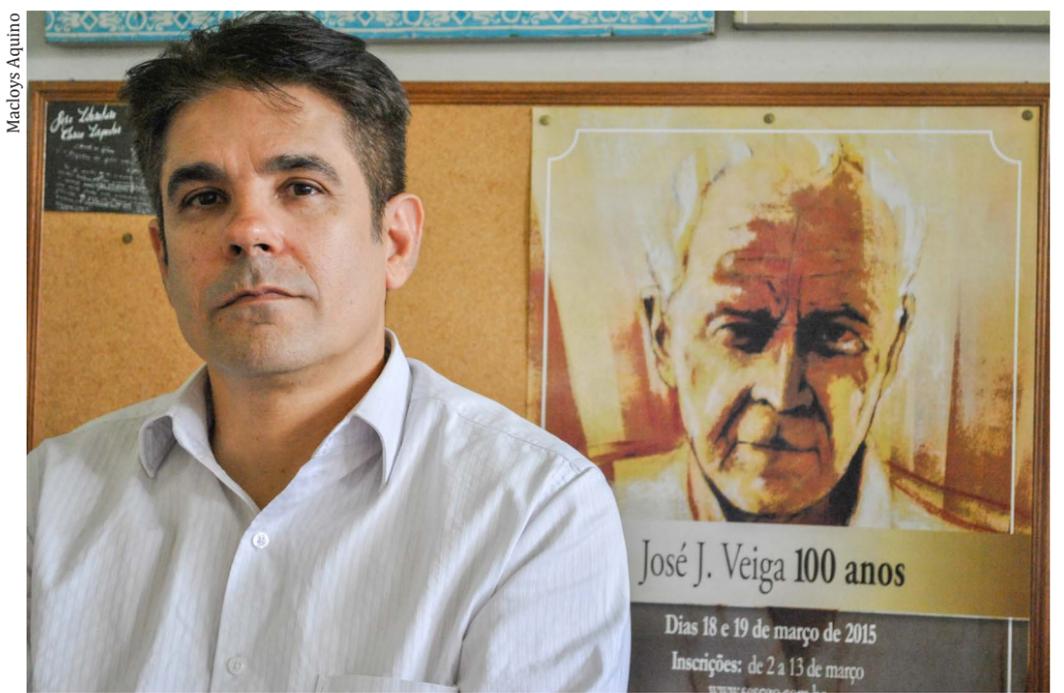
“São cada vez maiores os interesses econômicos, políticos e também culturais pelo que é produzido no interior do País”, professa Rogério. Sempre que pode, ele, que ensina literaturas portuguesa e brasileira, sugere autores goianos a seus orientandos. Deve-se conhecer para valorizar e dominar o que é produzido por aqui, antes que o façam por nós. É mais ou menos esse o preceito.

Nesse sentido é que o professor assumiu a responsabilidade de produzir material a partir do que há no acervo de Veiga. Doação da viúva do escritor – goiano de Corumbá e que até os 12 anos viveu em sua terra natal – o acervo contém originais, cartas, textos manuscritos e datilografados.

Rogério trabalha atualmente na organização de arquivos de jornais – onde Veiga publicou crônicas, contos e artigos a partir dos anos 70 –, de entrevistas e de conferências datilografadas. O objetivo é lançar este material em livros, com comentários e referências historiográficas, em 2016.

“Pode ser que haja material inédito (no acervo). Há muitos manuscritos em agendas. A leitura é lenta, porque a caligrafia dele não é fácil, então não se sabe se o que há nestas agendas são textos publicados ou não. De qualquer maneira, os contos publicados somente em jornal provavelmente sairão pela Companhia das Letras”, diz Rogério.

“Sem dúvida, um dos melhores autores brasileiros e que esteve esquecido por



Rogério Santana trabalha para entender o regionalismo sem valorização negativa

um tempo considerável. Estávamos precisando ter a sua obra recolocada no mercado”, afirmou Vanessa Ferrari, editora-chefe da Companhia das Letras, que relançou “Os cavaleiros de Platiplanto” e “A hora dos ruminantes”, na ocasião do seminário José J. Veiga 100 anos, no Teatro Sesc, em Goiânia, no início de março passado.

A Companhia das Letras projeta uma nova fase na divulgação da obra de Veiga, com a reinserção do autor no mercado livreiro brasileiro e a divulgação do seu trabalho no meio estudantil.

Literatura goiana

José J. Veiga não fez literatura goiana, mas literatura brasileira, mesmo se referindo em grande parte ao contexto rural – a partir da experiência da infância e da adolescência em Goiás – e suas relações com a cidade. A categoria “literatura goiana”, como regionalismo, traria consigo valores negativos, na condição de ser “fora de centro”, “fora de circuito”, menor, menos importante.

“O regionalismo no Brasil ficou marcado como aquilo que é rural, e leva uma tarja com conotação negativa. A visão que se tem do campo, pela intelectualidade brasileira, é a do lugar do atraso,

da ignorância. O valor da literatura que aborda a cidade é maior que a que aborda o campo, com algumas exceções, a maior delas, Guimarães Rosa”, diz Rogério.

“Muitos colocam o Veiga como ‘regionalista autêntico’, ‘regionalismo inovador’. Alguns vão dizer que ele é universal. Eu o vejo como humanista. Não há localismo em sua obra”, afirma. A obra regionalista tem uma perspectiva documental sobre o espaço, o que não seria o propósito de Veiga.

“Um dos meus trabalhos é exatamente tentar elucidar o regionalismo por outro ângulo, sem esse valor negativo. O regionalismo típico no Brasil, o do final do Século XIX, com a instalação da República, vem com a ascensão das regiões que não tinham voz, sobretudo política. A representação cultural também passou a brotar daí”, explica o professor.

“Mas a concentração do poder cultural em Rio e São Paulo colocava à margem o que não era feito aos moldes do modernismo. Uma perspectiva de que, quem não tratasse o espaço urbano estava alijado da literatura. Mas há que ver o texto, a literatura. O Veiga é a demonstração de quem se manteve no espaço rural, mas sob uma perspectiva dos grandes temas humanos”, diz.

“O REGIONALISMO NO BRASIL FICOU MARCADO COMO AQUILO QUE É RURAL, E LEVA UMA TARJA COM CONOTAÇÃO NEGATIVA. A VISÃO QUE SE TEM DO CAMPO, PELA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA, É A DO LUGAR DO ATRASO, DA IGNORÂNCIA”

LANÇAMENTO Livro desmonta mito da defesa social

Crítico e progressista, o livro “Defesa Social – uma visão crítica”, da professora da Faculdade de Direito (FD), Bartira Macedo de Miranda Santos, faz um levantamento genealógico para revelar como os discursos de defesa social no Brasil são uma armadilha do poder punitivo.

Enquanto juristas e o senso comum acreditam que o Direito Penal e o Processo Penal servem como instrumentos de defesa da sociedade contra o crime ou os criminosos, Bartira demonstra

como a busca para legitimar a ampliação do poder punitivo sempre implica na violação dos direitos humanos.

“A defesa social, dessa forma, tem sido a armadilha retórica que difunde a ideologia de um controle penal repressivo, injusto e que tem servido para enjaular – ou mesmo eliminar – pobres e desvalidos”, diz trecho da obra.

Bartira lançou “Defesa Social – uma visão crítica” na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, em março passado. O livro faz parte da Coleção

Para Entender Direito, coordenada pelo juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo, Marcelo Semer, e pelo ex-procurador-geral do Estado de São Paulo, Márcio Sotelo Felipe.

A coleção conta com professores da Faculdade de Direito da USP e de diversas outras universidades, expoentes nos temas abordados, com uma visão crítica e progressista. O livro também foi lançado em Goiânia, na Faculdade de Direito da UFG, no dia 15 de abril.



LICÍNIO BARBOSA

Baluartes da Faculdade de Direito

Vindo do Piauí, professor é uma das referências do pensamento Penal em Goiás

Acompanhando a família em retirada do Piauí, que no início dos anos 40 passou a sofrer perseguições da ditadura de Getúlio Vargas e seus correligionários simpáticos a Benito Mussolini e a Hitler, o jovem Licínio Leal Barbosa foi parar em Anápolis.

Francisco Barbosa de Araújo, seu avô paterno, não era filiado a partido ou a movimento político. Era só um fazendeiro que não concordava com as diretrizes fascistas do poder. Mesmo assim, se viu obrigado ao êxodo com seus 14 filhos.

“Hoje não há mais um poder tão monolítico como aquele. Pra se ter uma ideia, meu avô paterno não alfabetizou as filhas, minhas tias, para que não escrevessem aos namorados. Era uma mentalidade medieval”, conta o hoje professor aposentado da Faculdade de Direito.

As injustiças sofridas junto da família ao longo daqueles anos foi o que fez Licínio decidir, ainda criança, que estudaria Direito. Já em Goiás, em 1962, foi o primeiro colocado no vestibular da tradicional Faculdade de Direito, na Rua 20, no Centro de Goiânia.

Ali começava sua trajetória na UFG. Recém formado, durante a especialização em Direito Penal, foi convidado pelo professor Odin Americano do Brasil para ser seu assistente na então Universidade Católica de Goiás (UCG).

Odin teve um ataque cardíaco, aposentou-se e Licínio acabou assumindo a cadeira. Rigoroso, metódico, era respeitado pelos estudantes. Mas também admirado. “Eu o chamava de doutor”, lembra Abadia Leal Barbosa, sua ex-aluna, que anos mais tarde se casaria com ele. Estão juntos há 45 anos.

Em 1969, foi convidado e aprovado pela congregação para retornar à Faculdade de Direito da UFG, agora como profes-

sor. Logo depois prestou concurso para livre-docente e, aprovado, automaticamente recebeu o título de Doutor em Direito.

Foi presidente do colegiado de professores e, como diretor da faculdade no início dos anos 80, implantou novo currículo, criou os mestrados em Direito Agrário e em Ciências Penais, e também o Escritório Modelo. Todos existentes até hoje.

Assim que aposentou-se, em 2004, recebeu o título de professor emérito da UFG. Nestes 35 anos dedicados à universidade, tem entre ex-alunos grande parte da magistratura hoje atuante em Goiás e no Brasil. E se tornou uma referência do pensamento em Direito Penal no Estado.

“Fui muito feliz na UFG”, acerta.

Ao JP, o professor expôs um pouco do seu pensamento sobre temas atuais. Confira.

Redução da maioria penal

Vejo com muita simpatia. Vários países europeus adotam essa sistemática, Alemanha, França e Espanha. Seguindo essa orientação, condenados a partir dos 16 anos devem ter presídios especiais. O impacto social disso é que vamos ter a possibilidade de julgar menores que cometem crimes. Vai mudar e tem que mudar, porque como está é um simulacro de justiça, uma aparência, e não justiça.

Descriminalização das drogas

Há uma tendência do Direito Penal no sentido de que esse é um problema mais de saúde pública que de natureza penal. O grande penalista brasileiro Heleno Fragoso defendia essa ideia, da descriminalização, para drogas serem apenas um problema de saúde pública. Tenho as minhas reservas, há casos e casos.

Instabilidade política

Vejo com muita preocupação. Clima político e institucional atual lembra muito o dos anos 60, que desembocaram na ditadura. Vivemos hoje, como houve naquela época, a falta de autoridade. Ausência de hierarquia. João Goulart caiu porque foi ao comício dos subtenentes e sargentos. Isso deixou os generais em polvorosa. O presidente da República, chefe das Forças Armadas, vai dialogar com sargentos? Não há regime que se sustente com a quebra de hierarquia e estou preocupado com isso.

Livre mercado ou Estado regulador?

Livre mercado. Até a China, a segunda maior economia do mundo, é cada vez mais capitalista no sentido econômico, embora politicamente comunista. É misto. Politicamente, economia de Estado, mas economicamente capitalista. Caminhamos hoje para que haja a eliminação total das noções de direita e de esquerda.

Reformista ou conservador?

Sou reformista, até porque a sociedade e as nações estão em permanente mudança. Nada é estático. Mesmo aparentemente não se percebendo, tudo está em transformação.

Qual a reforma necessária no Brasil?

Primeiro, da Constituição, que 25 anos depois envelheceu. Temos mais de 200 artigos que precisam ser regulamentados. De que vale essa constituição? Ela não é aplicada, não é cumprida porque não está regulamentada.

Licínio, na biblioteca de sua casa, com mais de quatro mil títulos: trajetória incrustada na história da Faculdade de Direito

Macloys Aquino

